

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2026**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** MA000196/2025  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 06/08/2025  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR038066/2025  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13621.212615/2025-88  
**DATA DO PROTOCOLO:** 30/06/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL CONST PES,MOB,ART, DE CIM E O DE ART INST,ELET,MONT,IND,E ENG,CONS,DOS MUN,DE AG DOC DO MA, ALCAN,AN,ARA,AX,BAC,B, CNPJ n. 06.300.875/0001-95, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HUMBERTO FRANCA MENDES;

E

CONSORCIO LCM/AGR/FFX PORTO DO ITAQUI, CNPJ n. 54.244.908/0001-70, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). RENATO DE SOUZA BOTELHO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de abril de 2025 a 31 de março de 2026 e a data-base da categoria em 01º de abril.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadores na indústria da construção civil, construção pesada, montagem e manutenção industrial**, com abrangência territorial em **Água Doce do Maranhão/MA, Alcântara/MA, Anapurus/MA, Araioses/MA, Axixá/MA, Bacuri/MA, Bacurituba/MA, Barreirinhas/MA, Belágua/MA, Bequimão/MA, Bernardo do Mearim/MA, Brejo/MA, Buriti/MA, Cachoeira Grande/MA, Cajapió/MA, Cajari/MA, Cândido Mendes/MA, Conceição do Lago-Açu/MA, Coroatá/MA, Duque Bacelar/MA, Godofredo Viana/MA, Humberto de Campos/MA, Icatu/MA, Igarapé Grande/MA, Lago Verde/MA, Magalhães de Almeida/MA, Mata Roma/MA, Matinha/MA, Milagres do Maranhão/MA, Nina Rodrigues/MA, Olinda Nova do Maranhão/MA, Paço do Lumiar/MA, Palmeirândia/MA, Paulino Neves/MA, Pedreiras/MA, Penalva/MA, Peri Mirim/MA, Pirapemas/MA, Presidente Vargas/MA, Primeira Cruz/MA, Raposa/MA, Santa Quitéria do Maranhão/MA, Santana do Maranhão/MA, Santo Amaro do Maranhão/MA, São Benedito do Rio Preto/MA, São Bento/MA, São Bernardo/MA, São João Batista/MA, São José de Ribamar/MA, São Luís/MA, São Vicente Ferrer/MA, Trizidela do Vale/MA, Tutóia/MA, Urbano Santos/MA e Viana/MA.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica acordado aumento de salário de **5% (cinco por cento)** sobre os salários praticados em 31/03/2025, fracionado em dois períodos:

Fica acordado a partir de **01/04/2025 a 31/07/2025** reajuste de **5% (cinco por cento)** sobre os pisos praticados em 31/03/2025, conforme tabela abaixo:

A partir de 01 de abril de 2025 a 31 de julho de 2025		
SALÁRIO	HORA	SALÁRIO MENSAL

Privacidade - Termos

<b>AJUDANTES</b>	R\$ 7,17	R\$ 1.577,40
<b>MEIO OFICIAIS</b>	R\$ 7,98	R\$ 1.755,60
<b>OFICIAL</b>	R\$ 11,06	R\$ 2.433,20
<b>QUALIFICADO I</b>	R\$ 12,22	R\$ 2.688,40
<b>QUALIFICADO II</b>	R\$ 15,08	R\$ 3.317,60
<b>QUALIFICADO III</b>	R\$ 17,31	R\$ 3.808,20
<b>A partir de 01 de agosto de 2025 a 31 de março de 2026</b>		
<b>SALÁRIO</b>	<b>HORA</b>	<b>SALÁRIO MENSAL</b>
<b>AJUDANTES</b>	R\$ 7,21	R\$ 1.586,20
<b>MEIO OFICIAIS</b>	R\$ 8,02	R\$ 1.764,40
<b>OFICIAL</b>	R\$ 11,11	R\$ 2.444,20
<b>QUALIFICADO I</b>	R\$ 12,28	R\$ 2.701,60
<b>QUALIFICADO II</b>	R\$ 15,15	R\$ 3.333,00
<b>QUALIFICADO III</b>	R\$ 17,40	R\$ 3.828,00

A partir de **01/08/2025 a 31/03/2026** reajuste de **5,5% (cinco e meio por cento)** sobre os pisos praticados em 31/03/2025.

#### **Parágrafo Primeiro - Identificação dos Trabalhadores por aptidão e salário.**

**AJUDANTE:** os trabalhadores não qualificados que desempenham tarefas para as quais não necessitam de nenhuma habilidade e conhecimento específicos.

**MEIO OFICIAL:** é o trabalhador que embora tendo conhecimento especializado do seu ofício, não possui ainda a capacitação, a produtividade e o desembaraço do OFICIAL, executando os serviços sob orientação e fiscalização. Estão nesse grupo, vigias/porteiro e meio-oficial.

**OFICIAL:** os trabalhadores que executam tarefas que exijam habilidades e conhecimentos específicos para o seu desempenho como: apontador, apropriador de custo, armador, auxiliar administrativo, auxiliar de escritório, auxiliar de topografia, auxiliar de laboratório, bombeiro hidráulico, borracheiro, carpinteiro, eletricista, eletricista de auto, imprimador, isolador, jatista, lixador, lubrificador, maçariqueiro, marceneiro, marteleteiro, montador, motorista de veículo leve, operador de britador, operador de empilhadeira, operador de maquina, operador de serra circular, operador de trator jerico, pedreiro, pintor, sinaleiro/bandeirinha, sinaleiro de maquinas, rasteleiro, refratista.

**QUALIFICADO I:** assistente administrativo, almoxarife, eletricista montador, eletricista de manutenção, funileiro, gredista, mecânico de manutenção, mecânico montador, mecânico de refrigeração, mecânico de usina, montador de andaime, motorista de caminhão betoneira, motorista basculante dois eixo/três eixo, motorista de caminhão truck, lubrificador de maquinas pesadas, operador de espargidor, operador de máquina de plataforma elevatória, operador de rolo compactador, operador de trator de pneu, operador de vibroacabadora, operador de bomba de concreto, operador de retroescavadeira de pneus, operador de rolo asfáltico, operador de spread, operador de caminhão de dois eixos, operador de perfuratriz, operador de rock, operador de muck, pintor jatista, sinaleiro de rigger.

**QUALIFICADO II:** caldeireiro, encanador industrial, eletricista de força e controle, eletricista de corrente continua, eletricista de corrente alternada, mecânico ajustador, mecânico de máquina pesada, motorista de caminhão quatro eixo, motorista basculante quatro eixo, operador de moto scraper, operador de caminhão fora de estrada, operador de trator de esteira, operador de pá-carregadeira, pintor hidrojatista, operador de usina de concreto, operador de usina de asfalto, soldador RX, soldador de chaparia, soldador eletrodo.

**Qualificado III** – instrumentista/calibrador, laboratorista, motorista carreteiro, técnico de mecânico de manutenção, técnico de segurança do trabalho, técnico de meio ambiente, operador de motoniveladora/patrol, operador de escavadeira de esteira, operador de guindaste, operador de grua, operador de draga, soldador tig, soldador mig, soldador multi-processo, torneiro mecânico.

**Parágrafo Segundo** - Fica acordado que a base de cálculo para o próximo acordo coletivo de trabalho será reajustada sobre os salários recebidos em 31 de março de 2026.

**Parágrafo Terceiro** – Será permitido o trabalho do menor aprendiz, de acordo com as normas que regem esse trabalho.

**Parágrafo Quarto** – As empresas subcontratadas do **CONSORCIO LCM/AGR/FFX PORTO DO ITAQUI** deverão seguir os mesmos pisos salariais para as mesmas funções e conceder o mesmo reajuste e as mesmas condições de trabalho aos seus trabalhadores.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - DIFERENÇA DE SALARIOS E REAJUSTE

O reajuste dos salários superiores aos pisos estabelecidos nesta cláusula terceira, que já recebam salário superior aos pisos das tabelas aqui negociadas, será aplicado da seguinte forma:

- a) A partir de abril de 2025 a julho de 2025, reajuste de 5% sobre o piso recebido em março de 2025;
- b) A partir de agosto de 2025 a março de 2026, reajuste de 5,5% sobre o piso recebido em março de 2025;

**Parágrafo único** – As diferenças de salário e cesta básica dos trabalhadores ativos e desligados do período de **abril/2025**, bem como férias e horas extras do período, serão quitadas na folha de maio/2025 **até o dia 20 de junho/2025**.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS SALARIOS

O pagamento do salário deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, no horário normal de trabalho. Quando o pagamento for feito mediante cheque, a empresa estabelecerá condições e meios para que o trabalhador possa descontá-lo no mesmo dia, em que for efetuado o pagamento, sem que haja prejuízo do horário de refeição e descanso. Quando o pagamento for feito em espécie no local de trabalho, admitir-se-á uma tolerância máxima de 01:00 (uma) hora para sua efetivação, além da jornada normal de trabalho.

**Parágrafo Único** - O período que ultrapassar o limite de tolerância estipulado no caput desta cláusula será pago como hora extra.

### CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O **CONSORCIO LCM/AGR/FFX PORTO DO ITAQUI**, fornecerá aos seus trabalhadores mensalmente contra-cheques, indicando discriminadamente, a natureza e os valores das importâncias pagas, bem como os descontos efetuados para o INSS, Imposto de Renda, da parcela do Vale Transporte a cargo do Trabalhador, descontos efetuados a favor do Sindicato Laboral, e a parcela referente ao depósito de FGTS que deverá ser recolhido na CEF mensalmente.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

A duração normal do trabalho fixada no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal poderá ser acrescida, quando necessário, de horas extraordinárias em número não excedente de 02 (duas) por dia, **exceto aos domingos**, resultando no limite de 10 (dez) horas por jornada, serão remuneradas da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** – As horas extras trabalhadas de segunda a sexta-feira serão remuneradas com o adicional de **55% (cinquenta e cinco por cento)** incidente sobre o valor da hora normal de trabalho;

**Parágrafo Segundo** – As Horas Extras de Sábado passam a vigorar no montante **70% (setenta por cento)** sobre o valor da hora normal e **100% (cem por cento)** nos domingos e feriados.

**Parágrafo Terceiro** – As horas extras deverão ser discriminadas nos contracheques, de acordo com os adicionais acima citados, não podendo ser pagas com outras denominações (hora prêmio), sob pena de incorrer em

Reclamação Trabalhista

## AUXÍLIO HABITAÇÃO

### CLÁUSULA OITAVA - REFEITÓRIO/ALIMENTAÇÃO

A Empresa deverá estar dotadas de refeitórios nos padrões exigidos pela legislação em vigor, com fornecimento de alimentação do Trabalhador- PAT, conforme preceituam as normas instituídas pelo Governo Federal.

**Parágrafo Primeiro** - A Empresa deverá fornecer aos seus trabalhadores o café da manhã e almoço, desde que os trabalhadores cumpram os horários preestabelecidos pela Empresa para as refeições. E para os trabalhadores alojados a empresa fornecerá, além do café da manhã e do almoço, também fornecerá o jantar, inclusive nos dias de sábados, domingos e feriados.

**Parágrafo Segundo** - Sempre que o empregador convocar os empregados ao trabalho em horas extras que prolongue a jornada de trabalho até as 21h, deverá fornecer gratuitamente a refeição antes das 19h, inclusive aos sábados.

**Parágrafo Terceiro** - A Empresa se obrigará a fornecer água filtrada e própria para o consumo humano aos seus Trabalhadores.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA NONA - CESTA BASICA

A partir de **01 de abril de 2025 a 31 de julho 2025**, será concedida mensalmente uma cesta básica, no valor de **R\$400,00 (quatrocentos e vinte reais)**; de **01 de agosto de 2025 a 31 de março de 2026** o valor da Cesta Básica passará ao valor de **R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)**, independente do fornecimento de alimentação, creditado no cartão alimentação, até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês trabalhado.

**Parágrafo Primeiro** – O fornecimento da cesta básica não enseja salário *in natura* e está condicionada a inexistência de faltas injustificadas, ou não autorizadas, durante o mês em referência.

**Parágrafo Segundo** – A cesta básica será fornecida para os admitidos e demitidos, desde que seja observada a quantidade de 15 (quinze) dias ou mais de trabalho.

**Parágrafo Terceiro** – O fornecimento da cesta básica ao acidentado e ao trabalhador em gozo de auxílio doença, ficará mantido durante o período de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Quarto** – As empresas subcontratadas do **CONSORCIO LCM/AGR/FFX PORTO DO ITAQUI**, deverão seguir o mesmo valor de CESTA BASICA e as mesmas condições de trabalho aos seus trabalhadores.

### CLÁUSULA DÉCIMA - CAFÉ DA MANHÃ

A empresa fornecerá o café da manhã para todos os trabalhadores nos dias de expediente de trabalho, não podendo, portanto, ser atribuído natureza salarial.

## CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CERTIDÃO SINDICAL

No ato das contratações, a empresa solicitará do empregado a CERTIDÃO DE SINDICALIZAÇÃO emitida pelo sindicato profissional, em papel timbrado, para cumprimento da Lei Estadual nº 11.303, de 22 de julho de 2020, que trata da priorização da mão de obra local no percentual de 70% (setenta por cento).

**Parágrafo Primeiro** - Em função das regras relativas a Lei 13.709/21, o Sindicato somente poderá manter em seu banco de dados as informações relativas aos funcionários para o propósito de cadastro e deverá manter em consentimento direto destes na hipótese de qualquer outra finalidade de uso.

**Parágrafo Segundo** - A empresa abrangida por este Acordo Coletivo de Trabalho fornecerá ao Sindicato Profissional, trimestralmente, a lista extraída da base de dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) para fins de controle da situação sindical dos trabalhadores, e cumprimento da Lei Estadual nº 11.303/2020.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AVISO PREVIO

O aviso prévio deverá ser fornecido pela empresa por escrito, devendo constar no documento a sua forma de cumprimento (trabalhado/indenizado), e os respectivos prazos (início e fim).

**Parágrafo Primeiro** - As rescisões de contrato de trabalho dos trabalhadores sindicalizados, poderão ser acompanhadas e assistidas no Sindicato profissional da categoria.

**Parágrafo Segundo** - Os pagamentos das parcelas constantes do instrumento de rescisão de contrato de trabalho deverão ser efetuados nos seguintes prazos, sob pena de incidência de multa prevista na CLT no art. 477 e multa convencional:

- a) Até o 10º (décimo) dia útil imediato ao término do contrato, quando o aviso prévio for trabalhado;
- b) Até o 10º (décimo) dia contado da data da notificação da demissão quando se tratar de aviso prévio indenizado.

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de aviso prévio trabalhado, o empregado somente trabalhará pelo período de 30 (trinta) dias, devendo os dias adicionais de que trata a Lei nº 12.506/2011 quando for o caso, ser indenizados pelo empregador.

**Parágrafo Quarto** - O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data base deste acordo, terá direito à indenização adicional equivalente a um salário mensal, conforme Art. 9º da Lei 7.238/84.

**Parágrafo Quinto** - No ato da assistência de rescisão de contrato de trabalho no Sindicato dos Trabalhadores, a empresa deverá apresentar TRCT em 05 (cinco) vias, aviso prévio assinado pelo trabalhador, extrato analítico da conta vinculada do FGTS, comprovantes de pagamentos realizados, inclusive da multa dos 40% sobre o valor depositado do FGTS, guia do seguro desemprego devidamente preenchida, exame demissional, carta de referência do trabalhador.

## OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MÃO DE OBRA LOCAL

As empresas, empreiteiras e subempreiteiras, priorizarão a contratação de mão de obra do local de execução da obra ou de cidades circunvizinhas no **percentual de 70% (setenta por cento)**, de acordo com a **Lei Estadual nº 11.303, de 22 de julho de 2020**, exceto quando comprovada a não existência de mão de obra qualificada e disponível no local de execução da obra ou nas cidades vizinhas.

## FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FERIAS

Quando das férias anuais o empregado perceberá a remuneração que lhe for devida na data da concessão, incluindo-se na mesma os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso, desde que habitualmente percebidos no período aquisitivo.

**Parágrafo Primeiro** - Se no momento das férias o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida

naquele período aquisitivo.

**Parágrafo Segundo** - Junto com a remuneração das férias será pago o abono estabelecido pelo artigo 7º da Constituição Federal, cujo valor corresponder a 1/3 do salário base.

**Parágrafo Terceiro** - O início das férias individuais ou coletivas não poderá coincidir com os sábados, domingos e feriados.

## SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

A Empresa aplicará as normas contidas na NR-18, de acordo com as características de local de trabalho e adotará as medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e, supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho, incluindo higiene de instalações sanitárias e segurança dos trabalhadores, inclusive dos subcontratados. Por ocasião da admissão, será ministrado ao trabalhador treinamento adequado sobre a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivo, necessários ao exercício de cada uma das atribuições, bem como lhe dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na própria Empresa.

**Parágrafo Primeiro** - A Empresa fornecerá, gratuitamente, a todos os seus trabalhadores, os Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I), comprometendo-se, os mesmos a usá-los e conservá-los, observadas por ambas as partes as disposições legais vigentes.

**Parágrafo Segundo** - É obrigação do Trabalhador obedecer às normas de medicina, higiene e segurança do trabalho, sendo que a recusa na utilização dos EPI's fornecidos levará à punição compatível na forma da Lei.

**Parágrafo Terceiro** - A Empresa fornecerá uniforme na forma da NR-18 para todos os Trabalhadores da área de produção. Para os demais Trabalhadores este fornecimento ficará sujeito à opção dos mesmos. Os Trabalhadores ficarão obrigados a zelar pelos uniformes de forma adequada e arcarão com os custos decorrentes do seu uso indevido.

**Parágrafo Quarto** - Quando as condições de trabalho forem comprovadamente consideradas inseguras, segundo as normas de segurança do trabalho, o Trabalhador deverá informar ao setor de segurança do trabalho, que tomará as devidas providências, a fim de reduzir as causas de possíveis acidentes, antes do início dos trabalhos.

## ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

Quando a Empresa possuir ambulatório, com médico contratado pela Empresa o atestado médico deverá ser submetido ao médico da Empresa, para análise, liberação e aprovação.

**Parágrafo único** – A **EMPRESA**, e demais empresas subcontratadas, se obrigam a aceitar atestados médicos e odontológicos do sindicato dos trabalhadores, bem como das unidades da rede de atendimento do SUS.

## RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TAXA ASSISTENCIAL MENSAL DOS TRABALHADORES

Estando autorizada pelos trabalhadores em **Assembleia Geral**, conforme determina o Art. 8º, IV da Constituição Federal/88, Art. 513, alínea "e" da CLT, e Art. 1º da Convenção 98 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e **Decisão do Supremo Tribunal Federal, com Repercussão Geral em Recurso Extraordinário com Agravo, Processo nº 0000046-05.2011.5.09.0009**, publicado em 12/09/2023, a empresa, deverá, nos termos da lei, recolher e repassar ao Sindicato a **Taxa Assistencial Mensal de todos os trabalhadores, no percentual de 1% mensal**, calculado sobre o salário base, para custeio das atividades do sindicato dos trabalhadores, inclusive para área da saúde para o empregado e seus dependentes, mantidos pelo sindicato dos trabalhadores, **e exclusivamente no mês de julho, a Taxa Assistencial, será descontada no percentual de 3%**, calculado sobre o salário base do



trabalhador, para custeio das negociações da categoria. A taxa assistencial será descontada e recolhida à Caixa Econômica Federal, FDO DE INVESTIMENTO na conta 577611991-6, agência 0027, Produto 1292 - Agência Gonçalves Dias - MA., até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto, em formulário próprio, fornecido pelo sindicato representativo dos trabalhadores e depositado na conta acima indicada, observando que o boleto para pagamento da taxa assistencial poderá ser obtido através do SITE: [www.sindconstrucivilsaoluisma.com.br](http://www.sindconstrucivilsaoluisma.com.br) ou pelo fone: (98) 3232-1164 / 3304-8974 / 98150-9109 ou endereço eletrônico: [sindconstrucivil@gmail.com](mailto:sindconstrucivil@gmail.com).

**Parágrafo Primeiro** – No caso de renúncia da contribuição da taxa assistencial, conforme estabelecido no caput desta cláusula, deverá o trabalhador comparecer pessoalmente ao sindicato da categoria profissional para solicitar sua exclusão em qualquer tempo, durante a vigência da convenção coletiva de trabalho. O Sindicato Profissional, por sua vez, emitirá a Certidão Sindical de Não Sindicalizado ao trabalhador, em papel timbrado da entidade.

**Parágrafo Segundo** – Os trabalhadores não sindicalizados não farão jus aos benefícios de assistência e outros benefícios oferecidos pelo sindicato dos trabalhadores.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas fornecerão bimestralmente ao sindicato dos trabalhadores a lista com os nomes dos empregados admitidos e demitidos, para fins de controle do cumprimento da Lei 11.303, de 22 de julho de 2020, bem como as guias de pagamento da Taxa Assistencial referente ao mês anterior para efeito de controle, através do endereço eletrônico: [sindconstrucivil@gmail.com](mailto:sindconstrucivil@gmail.com).

**Parágrafo Quarto** – O não recolhimento pelas empresas, da taxa assistencial ou em caso de apropriação indébita, nos prazos previstos na Cláusula Sexagésima, implicará automaticamente em multa penal de 2% (dois por cento), sobre o valor não recolhido, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária pelo INPC, até a data do efetivo recolhimento e repasse, mais as despesas de cobranças, custas judiciais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento), independente das responsabilidades criminais em caso de apropriação indébita.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

### DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DESCUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

As partes acordantes deste instrumento coletivo obrigam-se a cumprir todas as cláusulas aqui dispostas.

Constatada a inobservância, por qualquer das partes acordantes, de cláusula do presente ACT, será aplicada ao inadimplente, multa equivalente a 100% (cem por cento) do piso do oficial, elevada para 200% (duzentos por cento) em caso de reincidência específica, importância esta que será revertida em benefício da Parte prejudicada (trabalhador ou sindicato laboral), ficando excetuadas dessa penalidade aquelas Cláusulas para as quais já estiver prevista sanção específica.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DIA DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO

Fica acordado que a **primeira segunda-feira após o dia 03 de julho**, Dia do Trabalhador na Indústria da Construção Civil, Construção Pesada, Montagem e Manutenção Industrial, não haverá expediente nas obras e escritórios da Empresa, e demais empresas subcontratadas.

**Parágrafo único** - Caso haja necessidade de trabalho neste dia, deverá a Empresa comunicar ao Sindicato sobre o pagamento do Adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal ou em caso de compensação o dia que será dado a folga para o trabalhador, de acordo com a necessidade da Empresa.

}

HUMBERTO FRANCA MENDES  
PRESIDENTE

SIND DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL CONST PES,MOB,ART, DE CIM E O DE ART INST,ELET,MONT,IND,E  
ENG,CONS,DOS MUN,DE AG DOC DO MA, ALCAN,AN,ARA,AX,BAC,B

**RENATO DE SOUZA BOTELHO  
DIRETOR  
CONSORCIO LCM/AGR/FFX PORTO DO ITAQUI**

**ANEXOS  
ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



